



TJDFT

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

CONCURSO PÚBLICO

Cargo: Analista Judiciário

Área: Judiciária

Especialidade: Atividade Processual

CADERNO DE PROVAS

Aplicação: 1.º/6/2003

TARDE



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cinquenta** questões objetivas corretamente ordenadas e a prova discursiva, com duas páginas para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada questão cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,25 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2003 – TJDFT, de 21/3/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a folha de texto definitivo e a folha de respostas e retire-se do local de provas.
- 9 Não será avaliado o texto definitivo que for escrito a lápis ou tiver identificação fora do local apropriado.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 2/6/2003 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II 3 e 4/6/2003 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente na Gerência de Atendimento do CESPE/UnB, em Brasília, das 9 às 16 horas.
- III 1.º/7/2003 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Distrito Federal e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva.
- IV 2 e 3/7/2003 – Recebimento de recursos contra o resultado provisório da prova discursiva, exclusivamente na Gerência de Atendimento do CESPE/UnB, em Brasília, das 9 às 16 horas.
- V 25/7/2003 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados nos itens I e III, do resultado final da prova discursiva, da convocação para a prova de apanhamento taquigráfico (Especialidade Taquigrafia) e do resultado final do concurso (demais especialidades).

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 13 do Edital n.º 1/2003 – TJDFT, de 21/3/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)-61-448-0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos e desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas. Na **folha de respostas**, a indicação do campo **SR** é facultativa e não contará para efeito de avaliação, servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I – questões 1 e 2

A desordem

1 O século XX nasceu em meio à esperança. No dia
1.º de janeiro de 1901, o sentimento que predominava nas
grandes capitais era, para a maioria, o otimismo. A estrutura
4 de poder mundial afigurava-se estável, os impérios existentes
pareciam cada vez mais esclarecidos e seguros. Alguns, como
o austro-húngaro, até poderiam ser descritos como exemplo
7 de moderação e coabitação étnica. As capitais mais
importantes — quer se falasse de Londres, Paris e Berlim,
quer de Viena e São Petersburgo — começavam a usufruir os
10 benefícios da Revolução Industrial e, simultaneamente,
prosperavam como centros culturais. Floresciam a arte, a
arquitetura e a literatura, e as correntes inovadoras inspiravam
13 uma auspiciosa criatividade. A democracia — inclusive a
social-democracia — também começava a fazer discretas
incurções nas estruturas autoritárias tradicionais da época,
16 porém sem efeitos visivelmente perturbadores. A desigualdade social, embora generalizada, ainda parecia ser algo natural.

19 O nacionalismo fortalecia-se, mas ainda não
predominava. Entre as elites governantes, havia um grau
considerável de consenso, sem falar dos laços de sangue que
22 uniam os monarcas reinantes. A fé crescente na revolução
científica gerava otimismo quanto às futuras condições da
humanidade. A chegada do século XX foi saudada por muitos
25 como o verdadeiro início da Idade da Razão.

E a razão, expressa por meio da ciência, de fato
ajudava a transformar o mundo para melhor. O século XX
28 experimentou avanços científicos sem precedentes nas áreas
mais diretamente importantes para os aspectos físicos do ser
humano: medicina, nutrição, comunicações modernas.
31 A expectativa de vida das pessoas aumentou de 30% a 50%
em várias partes do mundo. Inovações nos métodos cirúrgicos
e nos tratamentos médicos em geral, bem como a chegada ao
34 espaço cósmico, redefiniriam em grandes linhas as fronteiras
da vida humana. Mas esse progresso, infelizmente, não
encontrou paralelo no nível moral — e a política constitui o
37 grande fracasso.

Contrariando as expectativas, o século XX veio a
tornar-se o mais sangrento, o mais virulento de todos os
40 séculos, marcado pela política alucinante e por monstruosas
chacinas. É verdade que houve na História outros períodos de
formidável violência. Na Idade Média, com uma população
43 mundial muito menor, a Grande Horda que assolou a Europa
Central e o Oriente Médio produziu, em escala relativa,
mortalidade talvez maior. Contudo, essa e outras explosões de
46 violência semelhantes foram apenas surtos. Em raras ocasiões,
as matanças constituíram objeto de uma política constante,
baseada em premeditação sistemática. Esta última representa
49 a medonha contribuição do século XX à história política.

Zbigniew Brzezinski. *Veja 25 anos: reflexões para o futuro*, p. 63-5 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Assinale a opção cujo fragmento preserva as idéias gerais do texto I e segue a norma culta escrita da língua portuguesa.

- A A estrutura do poder mundial mostrava-se estável, no início do século XX, com as capitais mais importantes (Londres, Paris, Berlim, Viena, São Petersburgo) usufruindo os benefícios da Revolução Industrial. Os impérios existentes pareciam mais esclarecidos, e podiam alguns deles ser descritos como exemplos de moderação e coabitação étnica.
- B A arte, a arquitetura e a literatura florescia, enquanto a democracia iniciava discretos ataques as estruturas autoritárias da época, mas a desigualdade social, embora generalizada, ainda parecia ser algo natural.
- C Os monarcas ainda reinavam, unidos por laços de sangue, porquanto o insipiente nacionalismo fortalecia suas bases.
- D Sentia-se que, com o advento do século XX, chegava também a Idade da Razão, época que se experimentou grandes avanços científicos e aumento na expectativa de vida das pessoas.
- E Apesar de iniciando com grande otimismo, o século XX tornou-se o mais sangrento de todos os séculos, com violência constante e premeditada.

QUESTÃO 2

Julgue os itens abaixo, considerando o emprego das estruturas lingüísticas no texto I.

- I O trecho “As capitais (...) Industrial” (l.7-10) mantém a adequação à língua escrita culta ao ser reescrito como **As capitais mais importantes, quer se falasse de Londres, Paris e Berlim, ou de Viena e São Petersburgo, começaram a usufruir os benefícios da Revolução Industrial**.
- II Em “usufruir os” (l.9), mesmo que se substitua “os” por **dos**, o emprego do verbo **usufruir** continua correto.
- III O acento indicativo de crase é opcional na linha 23; portanto, pode ser retirado sem prejuízo para a correção gramatical da frase.
- IV A troca de “bem como” (l.33) pela conjunção **e** mantém a correção da frase e a ligação dos constituintes por adição.
- V A substituição de “constitui” (l.36) por **constituira** representaria apenas questão de estilo na escolha verbal.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 3

Na década que encerra o século XX, a posição dos Estados Unidos da América (EUA) no cenário mundial é paradoxal. Por um lado, pousado no topo do mundo, o país não encontra rivais à altura de seu abrangente poderio global. Por outro, a dinâmica da mudança social e o conteúdo de valor da mensagem norte-americana para o mundo ameaçam solapar o papel especial dos EUA como líder mundial. Hoje em dia, nenhum outro Estado chega sequer perto de equiparar-se a esse país em prestígio e poder global.

Em contraste, os EUA possuem não só um avassalador poder estratégico — constantemente magnificado por inovações tecnológicas — mas também uma capacidade ímpar de projetar suas forças convencionais em regiões distantes. Para o mundo em geral, um dos aspectos mais notáveis do desempenho militar norte-americano na Guerra do Golfo de 1991 foi a maneira como os EUA foram capazes de mobilizar e manter logisticamente uma força de várias centenas de milhares de homens na remota Península Arábica.

Na presente fase da História, a ênfase que os norte-americanos dão aos direitos individuais constitui também um dos principais fatores determinantes da posição inigualável dos EUA. Mas terão eles condições de sustentar sua posição especial no longo prazo?

A História nos ensina que uma superpotência não consegue manter por longo tempo seu domínio se não projetar — com uma boa dose de confiança sustentada por uma auto-imagem muito favorável — uma mensagem de relevância mundial. Essa foi a experiência vivenciada por Roma, França e Grã-Bretanha. Porém, a menos que essa mensagem derive de um código moral íntimo que defina um padrão de conduta comum como exemplo para os outros, a auto-imagem favorável da nação dominante pode degenerar-se e se transformar em vaidade nacional, destituída de atrativo para os outros povos. Ela acabará sendo rejeitada pelos demais — e como exemplo típico temos a queda do império soviético. Esse é o motivo por que a dinâmica interna — não só a econômica, mas especialmente a cultural — dos EUA em nossos dias é tão decisiva para a capacidade do país de influenciar construtivamente a arrancada da mudança global.

Idem, ibidem, p. 65-8 (com adaptações).

Assinale a opção que esteja em consonância com as idéias do texto acima.

- Ⓐ É paradoxal que os EUA sejam o maior poder mundial e que sua mensagem social obscureça a de outros povos.
- Ⓑ A dinâmica da mudança social e o conteúdo de valor da mensagem norte-americana para o mundo aumentam o prestígio dos EUA e maximizam seu papel especial como líder mundial.
- Ⓒ A Guerra do Golfo de 1991 mostrou o grande poderio estratégico norte-americano, mas o que torna o país inigualável é o fato de ele enfatizar os direitos humanos universais.
- Ⓓ A pergunta expressa ao final do terceiro parágrafo serve como divisor do texto e marca a passagem de uma visão favorável para um enfoque desfavorável aos EUA.
- Ⓔ Auto-imagem favorável projetada para o mundo é um indicador de que os EUA seguem a trilha das grandes potências do passado, como Roma, França e Grã-Bretanha.

Texto II – questões de 4 a 6

1 A ética é aqui concebida ao mesmo tempo como
capacidade *a priori* de distinguir o Mal — ou o negativo —
e como princípio último do julgamento, particularmente o
4 julgamento político: é exatamente o que intervém de maneira
visível contra um Mal identificável *a priori*. O próprio direito
é inicialmente o direito “contra” o Mal.

7 Os pressupostos desse núcleo de convicções são
claros:

- (i) A existência de um sujeito humano geral tal que o que
10 lhe sucede de mal seja identificável universalmente, de
modo que esse sujeito é passivo, ou patético, ou
reflexivo: aquele que sofre; e de um sujeito de
13 julgamento, ou ativo, ou determinante: aquele que,
identificando o sofrimento, sabe que é preciso fazê-lo
cessar por todos os meios disponíveis.
- (ii) A política é subordinada à ética, do único ponto de
16 vista que verdadeiramente importa nessa visão das
coisas: o julgamento, compassivo e indignado, do
espectador das circunstâncias.
- (iii) O Mal é aquilo a partir do que se dispõe o Bem, não
19 o inverso.
- (iv) Os “direitos humanos” são os direitos ao não-Mal: não
22 ser ofendido ou maltratado em sua vida (horror à
morte e à execução), em seu corpo (horror à tortura, às
sevícias e à fome), nem em sua identidade cultural
25 (horror à humilhação das mulheres, das minorias etc.).

A força dessa doutrina é, em primeira instância, sua
28 evidência. Com efeito, sabe-se pela experiência que o
sofrimento é visível. Que a corrupção, a indiferença ou a
crueldade dos dirigentes políticos são as causas maiores de
31 seu descrédito, os teóricos gregos da tirania já notavam.
É mais fácil constituir um consenso sobre o errado do que
sobre o certo. As igrejas já tiveram essa experiência: sempre
34 lhes foi mais fácil indicar o que não deve ser feito que
destrinchar o que deve ser feito. Por outro lado, toda política
digna desse nome tem seu ponto de partida na representação
37 que as pessoas constroem de sua vida e de seus direitos.

Alain Badiou. *Ética: um ensaio sobre a consciência do mal*.
Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 23-4 (com adaptações).

QUESTÃO 4

Assinale a opção correta a respeito da organização das idéias do texto II.

- Ⓐ A concepção de ética ainda permaneceria correta se se dissesse que é o princípio último do julgamento e, ao mesmo tempo, uma capacidade *a posteriori* de reconhecer o Bem.
- Ⓑ O pressuposto (i) do núcleo de convicções do texto supõe um sujeito humano, ao qual acontece um mal reconhecível universalmente, e um sujeito de julgamento que, identificando o sofrimento do sujeito humano, sabe que todos os recursos disponíveis devem ser envidados para fazer tal sofrimento cessar.
- Ⓒ O pressuposto (ii) trata da subordinação da ética à política, já que o ponto de vista da política é que importa para a ética: julgar de forma indignada o sofrimento humano.
- Ⓓ Segundo o pressuposto (iii), a ética é concebida a partir do conhecimento do que seja o bem; portanto, é a favor do Bem.
- Ⓔ No último parágrafo do texto, o autor apresenta, como reforço para suas idéias, o comentário de que as igrejas deveriam ir a favor do Bem, destrinchando o que deve ser feito, e não a favor do não-Mal, indicando o que não deve ser feito.

QUESTÃO 5

Em relação às estruturas lingüísticas do texto II, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O trecho entre travessões na linha 2 pode ser retirado, inclusive com os travessões, sem que a correção da linguagem, a coerência e a coesão do texto fiquem prejudicadas.
- Ⓑ Os dois-pontos nas linhas 12 e 13 podem ser substituídos tanto pelas expressões **ou seja**, **ou melhor** como também por **isto é**, devidamente postas entre vírgulas.
- Ⓒ Na linha 19, a palavra “circunstâncias” apresenta um sentido genérico, que é especificado, nas linhas de 23 a 26, por substantivos que funcionam como complementos de “horror”.
- Ⓓ Na linha 33, o termo “essa” poderia ser substituído por **esta**, já que as especificidades de significação de “essa” e **esta** são irrelevantes nesse contexto.
- Ⓔ No texto, os verbos “destrinchar” (ℓ.35) e **destrinçar** são intercambiáveis; assim, o segundo pode ser usado no lugar do primeiro, sem que isso afete a sintaxe ou o sentido do trecho.

QUESTÃO 6

Assinale a opção correta a respeito da coerência, da pontuação e dos recursos coesivos utilizados no texto II.

- Ⓐ O texto peca por não apresentar nenhum recurso coesivo para a necessária ligação entre o primeiro e o segundo parágrafos.
- Ⓑ Uma das duas vírgulas que separam “identificando o sofrimento” (ℓ.14) pode ser retirada sem que as regras de pontuação sejam desrespeitadas.
- Ⓒ A expressão nominal “o inverso” (ℓ.21) é um recurso para evitar a repetição lexical e poderia ser substituída, com preservação do sentido do texto, por **o Bem é aquilo a partir do que se dispõe o Mal**.
- Ⓓ O termo “não-Mal” (ℓ.22) pode ser corretamente substituído por **Bem**, sem que se altere o conceito de ética do texto, já que as palavras “Mal” e “Bem” são antônimas.
- Ⓔ A substituição do conector “nem” (ℓ.25) por **tão pouco** preserva as relações morfossintáticas e semânticas do período.

Texto III – questões 7 e 8

Trecho de entrevista com Antônio Augusto Cançado, feita por Val Canedo.

1 Quais as funções exercidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos?

Essencialmente, duas, a consultiva e a contenciosa.

4 No exercício da primeira (artigo 64 da Convenção Americana), a Corte já emitiu, desde seu estabelecimento em 1979 até o presente, 16 pareceres. Têm versado sobre temas da maior importância, como, por exemplo, a intangibilidade e não-suspensão das garantias judiciais mesmo em situações de emergência, as restrições à pena de morte tendentes à sua supressão final, o amplo alcance da liberdade de pensamento e expressão, o controle das reservas formuladas pelos Estados pares, os princípios da legalidade e legitimidade quanto à

13 definição do termo “leis” (conforme o artigo 30 da Convenção Americana), o alcance das exceções ao requisito do prévio esgotamento dos recursos de direito interno (como

16 condição de admissibilidade das denúncias internacionais), a interação dos instrumentos internacionais de proteção no processo de interpretação dos mesmos, a relação entre o

19 direito à informação sobre assistência consular e as garantias do devido processo legal (em relação a pessoas privadas da liberdade no exterior), entre outros.

22 No exercício da segunda função, a contenciosa (artigo 62 da Convenção), a Corte já proferiu, até o presente, 63 sentenças (sobre mérito dos casos, reparações às vítimas e

25 exceções preliminares).

Além disso, em casos de extrema gravidade e urgência, a Corte já emitiu 30 Medidas Provisórias de Proteção (nos

28 termos do artigo 63(2) da Convenção), ante a iminência de danos irreparáveis às pessoas em questão (direitos à vida e à integridade pessoal). Graças a essas medidas de proteção,

31 todas cumpridas até o presente, já conseguimos salvar várias vidas, o que destaca a importante dimensão preventiva da proteção internacional dos direitos humanos.

UnB revista. Edição especial, julho/2000, p. 18 (com adaptações).

QUESTÃO 7

Considerando o texto III, assinale a opção correta.

- Ⓐ A estrutura da resposta do entrevistado é suportada pela relação coesiva estabelecida entre “duas” (ℓ.3), “da primeira” (ℓ.4) e “da segunda função” (ℓ.22).
- Ⓑ Na linha 6, a forma verbal “Têm” está acentuada para que haja concordância entre o verbo e o sujeito oculto da oração, “**as funções exercidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos**” (ℓ.1-2).
- Ⓒ A listagem dos itens citados como exemplos, a partir da linha 7 até a linha 21, está um tanto confusa devido ao número excessivo de vírgulas e à falta de paralelismo.
- Ⓓ A palavra **problemas** está elíptica no final da linha 21.
- Ⓔ A substituição de “ante a” (ℓ.28) por **antes da** mantém o sentido original do texto e a correção gramatical.

QUESTÃO 8

Assinale a opção cujo fragmento apresenta conteúdo que **não** foi abordado no texto III.

- Ⓐ Se há uma situação de emergência em um país americano em que as garantias judiciais estão ameaçadas, esse é um assunto para a função consultiva da corte em questão.
- Ⓑ As duas funções, consultiva e contenciosa, da Corte Interamericana de Direitos Humanos são exercidas por meio de pareceres e sentenças, respectivamente.
- Ⓒ Segundo a explanação dada por A. A. Cançado, a corte inclina-se para a extinção da pena de morte.
- Ⓓ A corte tem uma dimensão preventiva, que se tem realizado por meio de medidas provisórias.
- Ⓔ A pobreza é a denegação da totalidade dos direitos humanos e deve ser tratada pelo sistema de medidas provisórias da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

QUESTÃO 9

No texto abaixo, os itens (algarismos romanos) referem-se aos termos em negrito que os antecedem. Julgue-os com relação ao emprego das expressões no texto em termos gramaticais e de grafia.

A ética contemporânea faz grande alvoroço em torno das diferenças “culturais”. Sua **concepção** (I) do “outro” tem em vista essencialmente esse tipo de diferenças. E seu grande ideal é a **coexistência** (II) tranqüila das “comunidades” culturais, religiosas, nacionais e etc. (III), a recusa da “exclusão”.

Mas é preciso sustentar que essas diferenças **não tem** (IV) qualquer interesse para o pensamento, não mais que a evidente multiplicidade infinita de espécie humana, a qual é tão flagrante entre **mim** (V) e meu primo de Lyon como entre a “comunidade” xiita do Iraque e os *cowboys* do Texas.

Idem, ibidem, p. 40-1 (com adaptações).

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e IV. Ⓒ III e IV. Ⓔ I, II e V.
- Ⓑ II e V. Ⓓ I, II e III.

QUESTÃO 10

Assinale a opção **incorreta** a respeito de correspondência oficial.

- Ⓐ O resumo do assunto, na correspondência oficial, é chamado de ementa.
- Ⓑ Se a forma de tratamento do destinatário da correspondência for **Vossa Excelência** ou **Vossa Senhoria**, por força da concordância exigida para os pronomes pessoais que a ele se referem, não se pode usar **vosso** e suas flexões.
- Ⓒ Introduzir um ofício usando frases como **Vimos, por intermédio do presente, acusar recebimento da petição e levar ao conhecimento de V. Sa. que ...** é sinal de elegância, concisão, correção lingüística e respeito.
- Ⓓ Denomina-se circular o instrumento de comunicação que se envia a vários destinatários simultaneamente, com vistas à transmissão de instruções, ordens, esclarecimento de conteúdo de leis, regulamentos etc.
- Ⓔ Os fechos **Atenciosamente** e **Respeitosamente** são adequados para um ofício.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO TJDF**QUESTÃO 11**

Quanto à Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios (LOJDFT), assinale a opção correta.

- Ⓐ O presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) vota em todas as questões administrativas de competência do Tribunal Pleno.
- Ⓑ Embora em algumas situações se aplique a regra para julgamento de ações rescisórias segundo a qual esse julgamento compete a órgão judiciário superior àquele que haja produzido o julgado, as ações rescisórias contra acórdãos do TJDFT devem ser julgadas pelo próprio tribunal.
- Ⓒ Se uma Turma Cível e uma Turma Criminal do TJDFT gerarem a instauração de um conflito de competência no curso de determinado processo, caberá ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento do incidente, para definir o órgão com competência para a causa.
- Ⓓ Compete aos juízes de direito nomear o diretor da secretaria da vara em que oficiem.
- Ⓔ De acordo com a sistemática de competência das varas do tribunal do júri no Distrito Federal (DF), os inquéritos policiais instaurados para apurar o cometimento de crimes dolosos contra a vida serão de competência das varas criminais comuns e somente após o oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público, com a conseqüente instauração da ação penal, surgirá a competência jurisdicional do tribunal do júri.

QUESTÃO 12

Ainda acerca da LOJDFT, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não obstante a norma constitucional que prevê a publicidade dos julgamentos do Poder Judiciário, o julgamento das ações penais de competência originária do TJDFT será sempre em sessão secreta, de acordo com a LOJDFT.
- Ⓑ Ainda que uma contravenção penal seja conexa com crime de competência de vara criminal comum, o julgamento da contravenção caberá à vara de contravenções; deverá, nesse caso, haver o desmembramento dos autos.
- Ⓒ Considere a seguinte situação hipotética.
Uma empresa ajuizou ação em face de um indivíduo, e o processo foi distribuído a uma vara cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília. No curso do processo, o DF foi admitido como litisconsorte passivo na causa.
Nessa situação, o ingresso posterior do DF na relação processual não terá o efeito de alterar a competência para o julgamento da ação, que deverá permanecer na vara cível para a qual fora distribuída.
- Ⓓ Se o juiz da 3.ª Vara Cível de Brasília estiver ocasionalmente ausente e não houver juiz substituto na vara, a substituição automática nesse caso caberá ao juiz da 2.ª Vara Cível.
- Ⓔ Um promotor de justiça com idade de 51 anos não poderá ter deferida a inscrição no concurso público para provimento do cargo de juiz de direito substituto do DF.

QUESTÃO 13

Em relação ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (RITJDFT), assinale a opção correta.

- A** Considerando que o Conselho Especial do TJDFT é composto por quinze desembargadores, esse órgão apenas se poderá reunir validamente para julgamento com a presença de pelo menos dez membros, o que equivale a dois terços dos componentes do órgão.
- B** Considere a seguinte situação hipotética.
Pedro, que é juiz de direito do DF e suplente do Tribunal Regional Eleitoral do DF (TRE/DF), foi promovido, durante a suplência, ao cargo de desembargador.
Nessa situação, Pedro deverá concluir seu mandato como suplente, mas após isso somente poderá ser novamente escolhido para compor o TRE/DF obedecendo à ordem de antiguidade dos desembargadores do TJDFT.
- C** Considere a seguinte situação hipotética.
Em determinado ano, a umidade relativa do ar no DF chegou a níveis potencialmente perigosos para a saúde. Por isso, as autoridades competentes sugeriram a suspensão das atividades dos órgãos públicos, escolas etc. Nessa situação, a competência para determinar a suspensão dos trabalhos do TJDFT seria do Plenário do Tribunal, o qual deveria ser imediatamente convocado por seu presidente para deliberar a esse respeito.
- D** Se um promotor de justiça for nomeado para o cargo de desembargador do TJDFT mas não puder tomar posse no dia designado por se encontrar enfermo, a posse deverá aguardar seu restabelecimento, pois o nomeado não poderá constituir procurador para aquele fim.
- E** Se o presidente do TJDFT ausentar-se do DF a serviço, pelo prazo de dez dias, não haverá necessidade de transmissão da presidência do órgão ao vice-presidente, a quem caberá, nessa hipótese, praticar os atos manifestamente urgentes durante a ausência do presidente.

QUESTÃO 14

A respeito do RITJDFT, julgue os itens seguintes.

- I Se um desembargador estiver no gozo de férias, não poderá participar de nenhuma sessão do tribunal, ainda que o deseje, sob pena de nulidade da sessão de que participar.
- II Se qualquer desembargador do TJDFT acumular o direito a gozar nove meses de licença-prêmio por assiduidade, poderá usufruir a licença quando lhe aprouver, total ou parcialmente, desde que comunique sua intenção ao presidente do tribunal com a antecedência prevista no regimento interno.
- III Se um juiz de direito compuser o TRE/DF, não poderá ser convocado para compor o TJDFT, na hipótese de afastamento de desembargador por período superior a trinta dias.
- IV Se um cidadão endereçar ao TJDFT notícia-crime contra um juiz de direito, esta não deverá ser registrada na classe “Inquérito”, a não ser que o tribunal expressamente delibere instaurar investigação criminal contra o magistrado.
- V Se um juiz de direito for convocado para substituir desembargador no TJDFT e receber determinado processo por distribuição, ficará a ele vinculado caso não o consiga pôr em julgamento antes de retornar às suas funções no primeiro grau, de modo que deverá comparecer ao tribunal para julgar o processo mesmo após finda a substituição.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II. **D** III e V.
B I e IV. **E** IV e V.
C II e III.

QUESTÃO 15

No atinente ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A** Se forem interpostos embargos de declaração após o julgamento de uma apelação cível, deverá haver redistribuição dos autos.
- B** A não ser que o réu seja beneficiário da justiça gratuita, a expedição de alvará de soltura ou de salvo conduto somente ocorrerá após o pagamento das custas, calculadas segundo a tabela aprovada pelo tribunal.
- C** Se a parte interpuser recurso especial, recurso extraordinário ou outro de competência dos tribunais superiores e não efetuar o pagamento das custas correspondentes, os autos deverão, mesmo assim, ser enviados ao tribunal destinatário do recurso, porquanto somente este poderá decretar a deserção.
- D** Considere a seguinte situação hipotética.
Um desembargador comunicou, em janeiro de 2002, ao presidente do TJDFT, que requereria aposentadoria voluntária em 30/11/2002. Em razão disso, a distribuição de processos ao desembargador cessou noventa dias antes da data em que a aposentação aconteceria. Dias antes dessa data, contudo, o desembargador fez novo ofício ao presidente, informando-o de que desistira de aposentar-se. Nessa situação, os processos que o desembargador deixou de receber durante o prazo em que ficou suspensa a distribuição não acarretarão compensação.
- E** Se um processo se encontrar no TJDFT em grau de recurso e em função dele houver o ajuizamento de medida cautelar incidental, esta deverá ser distribuída aleatoriamente, ou seja, sem prevenção do desembargador a quem tenha sido distribuído o recurso.

QUESTÃO 16

No que tange ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A** Considere, por hipótese, que uma Turma do TJDFT seja composta, segundo a ordem decrescente de antiguidade, pelos desembargadores Rômulo, Sílvia, Tâmara e Ubaldo. Nessa situação, se a desembargadora Tâmara for relatora de um recurso que exija revisão, a revisora deverá ser a desembargadora Sílvia.
- B** Todos os processos sujeitos à inclusão em pauta somente podem ser julgados de maneira válida se a pauta for publicada com antecedência mínima de 48 horas em relação à data prevista para a sessão de julgamento.
- C** Sempre que um advogado resolver atuar em sessão de julgamento do TJDFT, deverá permanecer todo o tempo da sessão com traje civil completo e capa apropriada.
- D** Nas sessões de julgamento do TJDFT, o juiz de direito convocado ocupará o assento correspondente ao desembargador que estiver substituindo.
- E** Não obstante o princípio da ampla defesa, há espécies de ações e de recursos nas quais não é admissível a sustentação oral.

QUESTÃO 17

Relativamente ao RITJDFT, julgue os itens seguintes.

- I Nas sessões de julgamento, o Ministério Público poderá sempre se manifestar sem limitação de tempo.
- II Em certos casos, é possível o julgamento simultâneo de mais de um processo.
- III Se um desembargador pedir vista de processo e não o trouxer com seu voto até a segunda sessão seguinte, o julgamento poderá prosseguir mesmo assim, até com a convocação de substituto, se necessário.
- IV Se um desembargador votar, na sessão de julgamento, a favor do reconhecimento de alguma questão preliminar, não precisará proferir voto acerca do mérito, ainda que seja vencido no julgamento da preliminar.
- V Enquanto não encerrada a sessão na qual determinado processo foi julgado, poderão os desembargadores, mediante solicitação ao presidente, registrar que resolveram modificar o voto que proferiram.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

QUESTÃO 18

No respeitante ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A** A Seccional do DF da Ordem dos Advogados do Brasil é legitimada ao ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) no TJDF e não estará obrigada a demonstrar que a norma atacada na ação guarda nexos de pertinência com seus objetivos institucionais.
- B** Nos processos de rito célere, é dispensável a lavratura de ementa.
- C** Devido à natureza de processo abstrato que tem a ADIn, nela não se admite a realização de perícia.
- D** Nos conflitos de competência, caberá ao relator praticar os atos necessários ao impulso do processo gerador do conflito, até o julgamento deste.
- E** Considere a seguinte situação hipotética.

O TJDF concedeu *habeas corpus* para anular atos de uma ação penal de competência do juízo do primeiro grau, em virtude de nulidades processuais. O juiz de primeiro grau apercebeu-se dessas nulidades e, antes mesmo de ser comunicado oficialmente do acórdão concessivo da ordem, anulou os atos defeituosos e passou a refazê-los regularmente.

Nessa situação, não poderia o juiz tomar a iniciativa descrita antes de receber o acórdão da ação de *habeas corpus*.

QUESTÃO 19

Com referência ao Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (PGC), assinale a opção correta.

- A** Sempre que o juízo criminal de primeiro grau ou o TJDF proferir decisão absolutória em ação penal, o julgamento deverá ser imediatamente comunicado à Vara de Execuções Criminais, para expedição do competente alvará de soltura.
- B** Os depósitos judiciais em dinheiro na justiça do DF somente se podem realizar em agência do Banco do Brasil S.A. ou da Caixa Econômica Federal.
- C** Os integrantes das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF serão nomeados por escolha do presidente do TJDF, entre os juizes de direito situados na primeira quinta parte da lista de antiguidade de sua classe.
- D** Se uma parte em processo receber alvará para retirada de bens do depósito judicial e não o fizer no prazo de trinta dias, os bens serão levados a leilão.
- E** Nos casos em que o juiz seja afastado da vara, por promoção, remoção ou outra causa, todos os autos serão imediatamente redistribuídos ao novo juiz designado para a vara, a fim de evitar dilações indevidas no processamento dos feitos.

QUESTÃO 20

No que respeita ao PGC, assinale a opção correta.

- A** Os oficiais de justiça-avaliadores receberão, mediante distribuição, até o último dia de exercício antes de férias e outros afastamentos, os mandados que houverem de cumprir; em não havendo tempo hábil para o cumprimento dos mandados, estes serão redistribuídos.
- B** As circunscrições judiciárias manterão sistema centralizado de recebimento de petições e processos, no qual deverão ser entregues todas as petições destinadas a processos judiciais, de modo que é vedada a protocolização delas diretamente nas varas, mesmo em caso de urgência.
- C** Considere a seguinte situação hipotética.
Um oficial de justiça-avaliador recebeu mandado de citação para cumprimento em determinado bloco e apartamento da SQN 315. Após comparecer ao local, o oficial devolveu o mandado com a seguinte certidão: “Certifico que, em cumprimento ao mandado, compareci ao endereço do citando e este não foi encontrado no local, pois, de acordo com informação do atual morador, seu endereço atual é a SQS 308, bloco X, ap. Y.”
Nessa situação, nos termos do PGC, o mandado de citação deve ser considerado não-cumprido.
- D** Se um advogado mantiver autos em seu poder além do prazo permitido pelo juiz, na próxima ocasião em que precisar retirá-los, somente poderá fazê-lo deixando sua carteira de identidade profissional em poder do diretor de secretaria, que a devolverá tão logo sejam os autos trazidos de volta à vara.
- E** O diretor de secretaria e os demais servidores de escritórios judiciais não poderão, em nenhuma hipótese, autenticar cópia sem a vista do documento original.

QUESTÃO 21

Relativamente ao PGC, assinale a opção correta.

- A** Apesar da necessidade de preservação da intimidade e dos demais direitos fundamentais das partes envolvidas em processo, é permitida a extração de certidão para entrega a pessoa estranha à relação processual.
- B** Quando houver ordem judicial para o desentranhamento de folha de autos de processo, as seguintes à extraída deverão ser automaticamente reenumeradas, a fim de evitar descontinuidade na seqüência dos documentos; além disso, o desentranhamento deverá ser certificado nos autos.
- C** Considere a seguinte situação hipotética.
Em processo-crime com mais de um réu, um deles não foi localizado e portanto não pôde ser citado pessoalmente. Por conseguinte, o processo foi suspenso em relação a ele, nos termos do Código de Processo Penal.
Nessa situação, deve o juiz determinar o desmembramento dos autos, com a conseqüente atribuição de novo número à ação penal relativa ao réu não citado pessoalmente.
- D** Do processo em segredo de justiça nenhuma certidão que possa causar a divulgação do nome das partes ou do objeto do processo poderá ser expedida.
- E** Dada a regra que exige a publicação dos atos judiciais mais importantes na imprensa oficial, o expediente da vara deverá ser confeccionado apenas em duas vias, uma destinada à imprensa e outra para arquivo no ofício judicial, para fins de registro e controle futuro, se necessário.

QUESTÃO 22

Julgue os itens que se seguem, referentes ao PGC.

- I Quando um processo for redistribuído para outra vara dentro da mesma circunscrição judiciária, não deverá ser enviado pelo correio, mas pelo serviço de distribuição do respectivo fórum.
- II O autor de ação popular pode sujeitar-se ao pagamento de custas.
- III Se o arrematante de um bem em leilão não o retirar do depósito público no prazo previsto no PGC, perderá o valor da arrematação para a União e o bem será novamente levado a leilão.
- IV Mesmo em se tratando de processos urgentes, não podem a parte nem seu advogado efetuar a entrega direta de autos ao contador judicial, pois esta deve ser providenciada pelo ofício judicial.
- V Não pode ser processada representação contra juiz do DF ofertada isoladamente por advogado munido de procuração que outorgue apenas poderes gerais para o foro.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

QUESTÃO 23

Quanto ao PGC, assinale a opção correta.

- A** Sempre que um bem permanecer por mais de doze meses no depósito público, deverá ser vendido em leilão o mais cedo possível, bastando que o depositário público comunique o fato ao juiz da causa.
- B** Se, em uma carta precatória dependente de preparo, a parte interessada não providenciar o pagamento das custas no prazo devido, os autos dela deverão ser remetidos ao arquivo do TJDF, com comunicação ao juízo deprecante.
- C** Apesar da celeridade e da simplicidade do procedimento nos juizados especiais, os pedidos que as partes formularem devem ser encaminhados já por escrito a esses órgãos, em face da necessidade de registro dos atos processuais.
- D** Nas ações penais, se o réu estiver preso e for condenado, caberá à vara criminal expedir carta de guia, mesmo em caráter provisório, e expedi-la à vara de execuções criminais, quando o processo transitar em julgado para o Ministério Público, ainda que haja recurso por parte da defesa.
- E** Nos juizados especiais criminais, não devem ser consultados os antecedentes penais do requerido.

QUESTÃO 24

Acerca do PGC e da Comissão Distrital Judiciária de Adoção (CDJA), regida pelo Provimento n.º 1, de 9 de abril de 2002, da Corregedoria Geral da Justiça do DF, julgue os itens seguintes.

- I A CDJA destina-se a prestar auxílio técnico à Vara da Infância e da Juventude e deve ter como um de seus integrantes um membro do Ministério Público, o qual, por sua vez, deve ofertar parecer em pedidos de habilitação de pretendentes estrangeiros à adoção de crianças e adolescentes.
- II Compete exclusivamente ao presidente da CDJA assinar os laudos de habilitação destinados a servir como requisito para os processos de adoção internacional de crianças e adolescentes.
- III Sempre que houver aplicação de pena privativa de liberdade, de pena restritiva de direitos ou de pena de multa, bem como na hipótese de suspensão do processo, a execução do julgado será de competência da vara de execuções criminais, à qual deverá ser enviada carta de guia para tal fim.
- IV No exercício do plantão semanal, os juízes do DF podem apreciar tanto processos e requerimentos de caráter penal quanto cível, em certos casos.
- V Nos processos que tramitem em segredo de justiça, o dever de manter sigilo deixa de existir para os servidores dos ofícios judiciais após serem proferidas as decisões do juiz da causa.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III. **D** II e V.
- B** I e IV. **E** IV e V.
- C** II e III.

QUESTÃO 25

Em relação às correções e às inspeções nas serventias judiciais e extrajudiciais da justiça do DF, conforme a disciplina do Provimento n.º 4, de 2 de setembro de 2002, da Corregedoria da Justiça do DF, assinale a opção correta.

- A As serventias extrajudiciais da justiça do DF estão sujeitas a apenas duas espécies de correção, as ordinárias e as extraordinárias.
- B A periodicidade das correções ordinárias é bienal, ao passo que as extraordinárias podem ocorrer a qualquer tempo, por decisão da Corregedoria da Justiça do DF, seja de ofício, seja por provocação de cidadão.
- C O corregedor da justiça do DF não precisa realizar ele próprio as correções nas serventias, pois pode delegá-las a uma comissão, cujos membros designará; a comissão, por sua vez, pode solicitar o apoio de órgãos de fiscalização tributária durante seus trabalhos.
- D A critério da Corregedoria da Justiça do DF e quando esta determinar, os titulares dos serviços notariais e de registros deverão realizar autocorreção.
- E As correções e inspeções nas serventias judiciais e extrajudiciais da justiça do DF não podem realizar-se sem a presença de membro do Ministério Público para acompanhamento de todos os trabalhos.

CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

Um casal de brasileiros reside por determinado tempo na Alemanha, onde o marido é jogador de um clube de futebol. Nem o marido nem a mulher encontram-se a serviço da República Federativa do Brasil. O filho do casal de brasileiros nasceu em território alemão, no dia 15 de maio de 2003.

Considerando a situação hipotética acima descrita e sabendo que a Alemanha adota o sistema do *jus sanguini* como forma de aquisição da nacionalidade originária, assinale a opção correta.

- A Se o filho do casal vier a residir na República Federativa do Brasil e optar, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, adquirirá a condição de brasileiro nato.
- B O filho do casal será brasileiro nato, desde que seja registrado em repartição consular brasileira competente na Alemanha ou que venha a residir no Brasil antes da maioridade e, nesse caso, opte em qualquer tempo pela nacionalidade brasileira.
- C O filho do casal é considerado brasileiro nato, independentemente de qualquer condição, uma vez que, apesar de nascido no estrangeiro, é filho de pai e mãe brasileiros.
- D Caso o filho do casal obtenha a condição de brasileiro nato, após atendidos os requisitos estabelecidos na legislação brasileira, não perderá jamais essa condição, visto que a Constituição Federal prevê expressamente que nenhum brasileiro nato pode perder a nacionalidade brasileira.
- E Caso o filho do casal obtenha a condição de brasileiro naturalizado, ainda assim poderá ter a sua naturalização cancelada, por sentença judicial, mas somente em decorrência de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes.

QUESTÃO 27

A hipótese não configura a gravação da conversa telefônica própria por um dos interlocutores — cujo uso como prova o Supremo Tribunal Federal (STF), em dadas circunstâncias, tem julgado lícito — mas, sim, escuta e gravação por terceiro de comunicação telefônica alheia, ainda que com a ciência ou mesmo a cooperação de um dos interlocutores.

A prova obtida mediante a escuta gravada por terceiro de conversa telefônica alheia é patentemente ilícita em relação ao interlocutor insciente da intromissão indevida, não importando o conteúdo do diálogo assim captado.

Considerando que o trecho acima transcrito foi extraído de um *habeas corpus* hipotético, que teria sido julgado pela Primeira Turma do STF, no segundo semestre de 2001, sabendo que a mencionada gravação foi efetuada sem prévia autorização judicial e supondo que, na hipótese em apreço, o paciente estava preso na data do julgamento, assinale a opção **incorreta**.

- A A prova mencionada no texto não pode ser usada em juízo visto que a Constituição Federal estabelece expressamente que são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- B Independentemente de estar preso ou em liberdade, a Constituição Federal assegura, ao paciente a que se refere o texto, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos inerentes.
- C Caso a prova mencionada seja a única prova constante do processo, o *habeas corpus* deverá ser concedido, uma vez que tal remédio constitucional é cabível sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- D Ainda que ilícita, a situação descrita não caracteriza infringência à garantia constitucional do sigilo das comunicações telefônicas, cujo registro é admissível como prova, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- E De acordo com a teoria dos frutos da árvore envenenada, a prova ilícita originária contamina as demais provas dela decorrentes, sendo todas elas inadmissíveis no processo.

QUESTÃO 28

Determinado estado da Federação editou lei estadual, originada de projeto de lei de iniciativa de um deputado estadual, contemplando, entre outros, os seguintes dispositivos:

- 1 criação de novas varas e serventias judiciais e de serviços auxiliares vinculados ao tribunal de justiça;
- 2 provimento por ato do governador de estado do cargo de juiz titular, mediante promoção de juiz substituto;
- 3 destruição física de todos os processos judiciais arquivados há mais de cinco anos.

Tendo em vista a lei hipotética acima descrita, assinale a opção **incorreta**.

- A** A norma a que se refere o item 1 é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que a Constituição Federal estabelece ser reservada ao tribunal de justiça a iniciativa de leis atinentes a matéria de organização judiciária.
- B** A norma do item 2 supra contraria dispositivo da Constituição Federal que estabelece competir privativamente aos tribunais prover, na forma da Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.
- C** Inclui-se na competência do STF processar e julgar originariamente eventual ação direta de inconstitucionalidade proposta contra dispositivos da referida lei.
- D** Na hipótese em apreço, o tribunal de justiça do estado pode, mediante controle difuso, declarar a inconstitucionalidade da mencionada lei, por voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial, e deixar de aplicar a lei ao caso concreto.
- E** A disposição constante do item 3 está em perfeita harmonia com a Constituição Federal, que atribui aos estados da Federação competência exclusiva para legislar sobre procedimentos em matéria processual.

QUESTÃO 29

Julgue os itens a seguir, relativos a atos administrativos, licitações e processos administrativo e disciplinar.

- I A pensão vitalícia concedida pela administração pública aos dependentes do servidor falecido é exemplo de ato administrativo composto.
- II Revogação é a extinção de um ato administrativo ou de seus efeitos por outro ato administrativo, efetuada por motivos de conveniência e oportunidade decorrente do princípio da autotutela, podendo ocorrer, haja vista o interesse público que se sobrepõe ao interesse privado, em relação a atos discricionários, vinculados e exauridos, conforme o caso.
- III A venda de bem imóvel do Instituto Nacional de Seguro Social para órgão da administração pública distrital é exemplo de inexigibilidade de licitação decorrente da ausência de necessidade de competição, cujo objetivo seria garantir a proposta mais vantajosa para a autarquia federal.
- IV A imperatividade é o atributo do ato administrativo que impõe a coercibilidade para seu cumprimento ou execução, estando presente, apenas, nos atos que consubstanciam um provimento ou uma ordem administrativa, tais como os regulamentos, as portarias e as interdições de atividades.
- V A apuração de irregularidades no serviço público terá de ser feita, obrigatoriamente, pela autoridade que tomar conhecimento do fato e deverá ser realizada imediatamente, por meio de sindicância, inquérito administrativo ou processo administrativo disciplinar, conforme a gravidade do fato mensurada pela aplicação, em tese, da penalidade cabível.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II. **D** III e V.
- B** I e IV. **E** IV e V.
- C** II e III.

QUESTÃO 30

À luz da Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção **incorreta** acerca de direitos e vantagens e dos processos administrativo e disciplinar.

- A** O vencimento, a remuneração e o provento poderão ser objeto de arresto, seqüestro ou penhora nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.
- B** O processo disciplinar pode ser, a qualquer tempo, revisto, de ofício ou a pedido, perante fatos novos ou elementos não-apreciados no processo e suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.
- C** A demissão por ato de corrupção determina que o ex-servidor jamais poderá retornar ao serviço público federal.
- D** A extinção da punibilidade pelo decurso do prazo prescricional impede qualquer ato da administração tendente a registrar o fato nos assentamentos individuais do servidor.
- E** Ao contrário do processo administrativo disciplinar, a sindicância pode ser instaurada sem existir um indiciado, sendo possível, inclusive, a não-apresentação de defesa quando se concluir, por exemplo, pela instauração do processo administrativo.

QUESTÃO 31

Com referência ao contrato de fiança, julgue os itens abaixo.

- I O fiador, demandado pelo pagamento da dívida, poderá alegar ao credor compensação de dívida que tenha com este, ainda que o crédito seja proveniente de outra obrigação.
- II O fiador só responde pelas obrigações explicitamente assumidas, não se admitindo a interpretação extensiva. Assim, constando do contrato que o fiador responderá pela obrigação principal, ele não assume a responsabilidade pelos acessórios da dívida.
- III O contrato de fiança, com prazo certo, pode validamente conter cláusula contratual por força da qual o fiador renuncia ao direito de exonerar-se da garantia.
- IV Se o fiador for diretamente demandado pelo credor, poderá exigir que primeiro sejam executados os bens do devedor principal.
- V O contrato de fiança no qual esta supere o valor da obrigação principal ou a sua onerosidade será nulo de pleno direito por violar o princípio da acessoriedade que rege o mencionado contrato.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** III e V.
- E** IV e V.

QUESTÃO 32

Julgue os itens que se seguem, no que diz respeito à disciplina dos contratos na Lei n.º 8.078/1990 — Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC) — e no Código Civil.

- I O CDC adotou o princípio da conservação do negócio jurídico, ao prever que a nulidade da cláusula abusiva não invalida o restante do contrato.
- II Se as disposições dos contratos que regulam as relações de consumo comportarem mais de uma interpretação, a que trazer maiores vantagens ao consumidor deve ter preferência sobre as demais.
- III São nulas as cláusulas contratuais que importem, tácita ou expressamente, renúncia, pelo consumidor, dos direitos que lhe são assegurados.
- IV A renúncia à herança, aceita pelos demais herdeiros, e o abandono da coisa constituem modalidade de contrato de doação, por decorrerem de liberalidade de apenas uma parte contratante.
- V O condômino tem o direito de preferência à aquisição do quinhão do imóvel indiviso.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

QUESTÃO 33

Com referência à teoria dos contratos e ao contrato de compra e venda, assinale a opção correta.

- A** A venda de ascendentes a descendentes, sem consentimento dos demais herdeiros, é um ato jurídico nulo, prescrevendo o direito de ação em vinte anos, contados da celebração do contrato.
- B** Para que produza seus efeitos, a venda por amostra é condicionada à satisfação ou à manifestação de agrado por parte do comprador. Em caso de desconformidade, o comprador pode pedir a resolução do contrato cumulada com perdas e danos ou a diminuição do preço.
- C** Em princípio, vendedor e comprador têm de ser capazes para acordarem no objeto e no preço. Assim, os incapazes, legalmente representados, podem validamente adquirir bens móveis ou imóveis.
- D** Na compra e venda de imóveis, na modalidade *ad mensuram* (por extensão), o comprador não tem direito à complementação da área ou à redução do preço, ao contrário do que ocorre na modalidade de compra e venda *ad corpus* (coisa certa).
- E** O adquirente que tiver seu veículo apreendido por ser bem furtado não terá direito de demandar pela garantia da evicção, porque a perda do veículo não decorreu de sentença judicial.

QUESTÃO 34

Com relação aos direitos das obrigações e seus efeitos, julgue os itens subseqüentes.

- I Na novação, a obrigação primitiva é substituída pela nova, permanecendo, entretanto, a obrigação preexistente.
- II Na obrigação solidária passiva, o devedor poderá alegar o benefício da divisão, caso o credor não exija o pagamento por parte dos demais devedores.
- III A parte que não deu causa ao descumprimento da obrigação poderá pleitear indenização suplementar, desde que prove que seu prejuízo foi maior que o valor das arras. Poderá também exigir a execução do contrato acrescida das perdas e danos, cujo valor mínimo deve corresponder ao das arras.
- IV A cláusula penal compensatória, estipulada para a hipótese de descumprimento total da obrigação, poderá sofrer redução judicial, sem violação do princípio de sua imutabilidade, quando já tiver havido cumprimento parcial da obrigação.
- V A invalidade da dação em pagamento importará sempre o restabelecimento da obrigação primitiva, perdendo efeito a quitação dada.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e III.
- B** I, II e IV.
- C** I, III e V.
- D** II, IV e V.
- E** III, IV e V.

QUESTÃO 35

Marcos e André, de onze e treze anos de idade, em litisconsórcio ativo facultativo, propuseram, pelo rito sumário, ação de alimentos contra Paulo, seu pai, pleiteando, para cada um deles, alimentos no valor de um salário mínimo mensal.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- I Considerando que o valor da causa nas ações de alimentos é calculado somando-se doze prestações mensais, ainda que sejam dois os autores, esse valor, na ação mencionada possibilita, de acordo com o Código de Processo Civil (CPC), a utilização do rito sumário.
- II Marcos e André, apesar de terem legitimidade ativa para pleitear alimentos, não possuem capacidade de estar em juízo, devendo atuar representados por sua mãe, ou, na falta desta, por representante legal.
- III Os alimentos provisórios podem ser fixados pelo juiz sem que a outra parte seja ouvida ou mesmo citada.
- IV Nas ações de alimentos, o princípio de que o juiz está adstrito ao pedido do autor é mitigado, já que o juiz pode condenar o réu ao pagamento de quantia maior do que aquela pedida pelo autor se verificar que as necessidades deste são maiores e que maiores também são as possibilidades do réu.
- V Eventual agravo de instrumento interposto contra o despacho que concedeu os provisórios deverá ser julgado prejudicado pelo relator do recurso caso sobrevenha, antes de seu julgamento, sentença definitiva na ação de alimentos.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

QUESTÃO 36

Adão, residente em Brasília – DF, propôs nesta capital ação de divórcio contra sua mulher, Eva, residente em Goiânia – GO. A citação se deu por precatória em 30/8/2002 (sexta-feira), e foi a carta juntada aos autos em 6/9/2002 (sexta-feira). Em 24/9/2002 (terça-feira), a ré opôs exceção de incompetência de foro, que foi julgada procedente, e teve como consequência a remessa dos autos ao juízo do foro da residência da mulher.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens seguintes.

- I Se o autor-excepto não se conformar com a decisão do juiz que julgou procedente a exceção, deverá interpor recurso de agravo de instrumento.
- II O prazo para a oposição da exceção extingue-se em 23/9/2002, segunda-feira.
- III A exceção foi oposta intempestivamente, o que provavelmente acarretará o provimento de eventual recurso interposto contra a decisão que acolheu a exceção, com a consequência de prorrogar a competência do juízo do foro de Brasília, que passará a ser competente para processar e julgar o feito.
- IV O juízo deprecado, se houvesse entendido que o foro competente para as ações de separação judicial era o da residência da mulher, diante da evidente incompetência do juízo deprecante e em observância ao princípio da economia processual, deveria desde logo ter se recusado a dar cumprimento à precatória.
- V O prazo para contestar somente começará a correr a partir da data da intimação da decisão que julgar definitivamente a exceção, pois esta, uma vez oposta, acarreta a suspensão do processo.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e III. **D** II, IV e V.
B I, II e IV. **E** III, IV e V.
C I, III e V.

QUESTÃO 37

Julgue os itens subseqüentes.

- I No denominado sistema de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, a idéia de legitimação para a causa não tem relação com a titularidade do direito material, sendo correto afirmar que, em tais hipóteses, a legitimidade não é concebida nos moldes do processo individual, mas sim do chamado processo coletivo.
- II Sendo o processo civil de natureza instrumental e dotado de total autonomia em relação ao direito civil, não se busca a titularidade do direito material para justificar a legitimidade para agir na qualidade de autor, nem se exige que, no plano do direito material, aquele que tem a obrigação correspondente ao afirmado na petição inicial figure no pólo passivo da demanda.
- III As tendências atuais do processo civil vêm indicando uma participação cada vez menor do juiz no processo, com aumento da neutralidade do julgador na condução do feito e predominância do interesse das partes no resultado a ser obtido com a prestação jurisdicional.
- IV O procedimento sumário não é de cognição sumária, e não se destina a permitir um juízo semelhante àquele que se faz na sentença do processo cautelar. Ele se qualifica, assim como o ordinário, como sendo de cognição exauriente, uma vez que não se limitam as alegações e a produção da prova, ainda que tenha sido concebido para ser mais célere e com atos mais concentrados do que o procedimento ordinário.
- V O juiz não pode deixar de julgar por inexistência de lei aplicável ao caso concreto ou por ausência de prova, devendo esta última hipótese ser debitada àquele a quem cabia o ônus de produzir as provas, o que muito provavelmente fará com que o mérito da causa, se depender da produção daquelas provas, seja julgado em seu desfavor.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

QUESTÃO 38

Em relação aos recursos, julgue os itens a seguir.

- I Com exceção de ações especiais, não se reconhece interesse em recorrer ao réu que, embora vitorioso, insurge-se contra a sentença que julgou improcedente por falta de provas a ação contra ele proposta, pleiteando que o tribunal modifique o fundamento da sentença recorrida, embora mantendo a sua conclusão.
- II Não são cabíveis embargos infringentes contra decisão que, por maioria, em remessa de ofício, venha a modificar decisão de primeiro grau, se contra esta não se interpôs apelação voluntária.
- III O princípio *tantum devolutum quantum apelatum* aplica-se tanto aos recursos voluntários quanto às remessas de ofício, por tratar-se de princípio inderrogável em relação à segunda instância.
- IV É cabível agravo de instrumento da decisão do juízo de primeiro grau que admite apelação intempestiva.
- V A nova sistemática processual permite que o relator rejeite a apelação nos casos de inadmissibilidade e julgue o seu mérito se a decisão recorrida estiver de acordo com a jurisprudência dominante no tribunal ou contrária a ela.

Estão certos apenas os itens

- A I e IV.
- B I e V.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e V.

QUESTÃO 39

Considerando os delitos contra a pessoa, julgue os itens abaixo.

- I Havendo morte ou lesão corporal de natureza grave durante uma rixa, todos os seus participantes deverão sofrer maior punição, independentemente de serem ou não os responsáveis pelo resultado, incidindo no crime de rixa qualificada.
- II Considere a seguinte situação hipotética.
Mário e Bruno, pretendendo matar Nilo, mediante o uso de arma de fogo, postaram-se de emboscada, ignorando cada um o comportamento do outro. Ambos atiraram na vítima, que veio a falecer em virtude dos ferimentos ocasionados pelos projéteis disparados pela arma de Bruno.
Nessa situação, é correto afirmar que Mário e Bruno são co-autores do homicídio perpetrado.
- III No homicídio preterintencional ou preterdoloso, o agente deverá responder por culpa em relação ao resultado morte.
- IV Considere a seguinte situação hipotética.
Jorge e Lucas, sob juramento, decidiram morrer na mesma ocasião. Para isso, ambos trancaram-se em um quarto hermeticamente fechado e Jorge abriu a torneira de um botijão de gás; todavia, apenas Lucas morreu.
Nessa situação, Jorge deverá responder por participação em suicídio.
- V Nos crimes de difamação e injúria, havendo a retratação do ofensor antes da sentença, extingue-se a punibilidade.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e V.
- C II e III.
- D II e IV.
- E IV e V.

QUESTÃO 40

Assinale a opção correta pertinente aos crimes contra o patrimônio.

- A Considere a seguinte situação hipotética.
Uma empregada doméstica, percebendo que um ladrão rondava a residência em que ela trabalhava, e no intuito de vingar-se do patrão, deliberadamente, deixou a porta aberta, por onde o ladrão entrou e subtraiu objetos valiosos.
Nessa situação, a empregada não deverá ser responsabilizada pelo crime perpetrado, por não ter havido acordo prévio entre ela e o autor, necessário para caracterizar a participação criminosa.
- B A receptação é crime acessório, portanto, para sua existência, é imprescindível que o fato anterior seja crime ou contravenção.
- C A venda posterior da coisa apropriada configura o delito de disposição de coisa alheia como própria.
- D Considere a seguinte situação hipotética.
Tadeu, com a intenção de subtrair dinheiro, adentrou uma padaria, empunhando uma arma de fogo e anunciou o assalto. Porém, foi visto por policiais que patrulhavam a área e, ao perceber que poderia ser preso, efetuou vários disparos no local, matando três pessoas que ali estavam, evadindo-se em seguida.
Nessa situação, houve a prática do crime de latrocínio na forma tentada.
- E O agente que subtrair um automóvel e, na fuga, atropelar um pedestre, causando-lhe lesões corporais, cometerá furto em concurso material com lesão corporal culposa, cujas penas serão aplicadas cumulativamente.

QUESTÃO 41

Julgue os seguintes itens, pertinentes aos crimes contra a administração pública.

- I O funcionário público que auxiliar terceiro na prática de contrabando e descaminho, violando dever funcional, responderá como partícipe da citada figura delituosa.
- II Considere a seguinte situação hipotética.
Por estar sendo incriminado em processo judicial, Dionísio ofereceu importância em dinheiro ao oficial de justiça, para evitar o cumprimento de mandado de citação. Todavia, antes do recebimento da vantagem indevida, o respectivo mandado foi cumprido por outro oficial.
Nessa situação, Dionísio cometeu corrupção ativa, na forma tentada.
- III É indispensável à configuração do crime de desacato que a ofensa seja feita na presença do funcionário público.
- IV Se, após ter sua prisão ordenada por um policial, o agente se agarrar a uma placa de sinalização existente na via pública, de forma a evitar sua condução à delegacia de polícia, estará configurado o delito de resistência.
- V Considere a seguinte situação hipotética.
Um funcionário público emprestou a um amigo a quantia de dez mil reais que estava sob sua guarda em virtude do cargo que ocupava. Posteriormente, a quantia lhe foi devolvida.
Nessa situação, houve o cometimento do delito intitulado peculato-desvio.

Estão certos apenas os itens

- A I e IV.
- B I e V.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e V.

QUESTÃO 42

Assinale a opção correta pertinente aos crimes previstos nas Leis n.ºs 6.368/1976 e 4.898/1965.

- A É indispensável à configuração do crime de abuso de autoridade que o agente exerça função pública remunerada e de caráter não-transitório.
- B Verificado que, à noite, o capturando oculta-se no interior de casa alheia, o executor de mandado de prisão, ao entrar, com uso de força, naquela residência para cumprir o mandado, não age com abuso de autoridade.
- C O agente que semear, cultivar e, posteriormente, fizer a colheita de plantas destinadas à preparação de entorpecente, em um mesmo contexto fático, deverá responder pelo concurso material dos respectivos delitos, somando-se as penas.
- D No delito de abuso de autoridade, admite-se a participação de terceiro, ainda que esse não detenha parcela de poder.
- E Havendo condenação do autor pela prática de crimes previstos na Lei n.º 6.368/1976, em um mesmo processo ou em processos distintos, as penas privativas de liberdade cominadas não excederão o limite de trinta anos.

QUESTÃO 43

Julgue os itens que se seguem, relativos às citações e intimações no processo penal.

- I A citação do réu que se encontrar na circunscrição sujeita à jurisdição do juiz que a ordenou realizar-se-á por mandado.
- II Certificado que o réu oculta-se para não receber a citação, o juiz deverá determinar a citação editalícia com prazo de quinze dias.
- III Haverá nulidade da citação por mandado se o oficial de justiça não mencionar a entrega da contra-fé, bem como a aceitação ou não do citando.
- IV Findo o lapso temporal determinado no edital, se o citando não comparecer a juízo nem constituir defensor, interromper-se-á o curso do prazo prescricional.
- V A intimação do Ministério Público e do defensor constituído será pessoal, quando não houver órgão de publicação dos atos judiciais na respectiva comarca.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e V.
- E IV e V.

QUESTÃO 44

Assinale a opção correta.

- A Nas audiências, o juiz determinará a saída de presentes que estejam impedindo ou perturbando os trabalhos, excetuado o réu, cuja ausência poderá ocasionar prejuízos aos atos de instrução a serem realizados.
- B É imprescindível a realização do exame de corpo de delito se a prática delituosa deixar vestígios; porém, prejudicado o exame pericial, poderá supri-lo a confissão do acusado.
- C Encontra-se impedida de funcionar como escrivão no processo pessoa que nele tenha sido ouvida como testemunha.
- D Nomeado por juiz para patrocínio de uma causa penal, o advogado não estará obrigado a aceitar sua escolha, desde que indique outro colega para desempenhar o ofício.
- E Se, em uma fazenda com parte situada em Goiás e parte no DF, for praticado um crime e não houver possibilidade de se saber se o fato consumou-se na jurisdição de Goiás ou do DF, a competência firmar-se-á pelo lugar em que foram praticados os últimos atos executórios.

QUESTÃO 45

Julgue os seguintes itens, relativos a sentença, nulidades e recursos em geral.

- I Na denúncia, se o órgão acusador afirmar que um indivíduo adentrou um supermercado e de lá subtraiu, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, capitulando o fato incorretamente como apropriação indébita, o juiz deverá corrigir a classificação do crime na sentença, operando-se a *emendatio libelli*.
- II Quando o réu for absolvido por sentença transitada em julgado, não se declarará nulidade, ainda que absoluta, mediante a proibição da revisão *pro societate*.
- III O oferecimento de denúncia pelo órgão acusador, relativa a crime que deva ser apurado mediante ação penal de iniciativa privada, configurará nulidade relativa.
- IV A autoridade coatora que tiver agido com má-fé ou evidente abuso de poder será condenada a pagar as custas do *habeas corpus*.
- V É cabível a revisão de processo cuja sentença condenatória estrangeira homologada no Brasil se tenha fundado em documentos comprovadamente falsos.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 46

Acerca de inquérito policial, ação penal, prisão e liberdade provisória, assinale a opção correta.

- A** Considere a seguinte situação hipotética.
- Um empregado de um supermercado foi acusado pelo gerente do estabelecimento de ter subtraído várias mercadorias; porém, todos sabiam que o verdadeiro responsável pelo furto era uma empregada com quem o gerente mantinha um relacionamento amoroso.
- Nessa situação, confirmada a calúnia e chegando ao conhecimento da autoridade policial os fatos citados, esta não poderá instaurar, de ofício, inquérito policial.
- B** É hipótese de flagrante impróprio a prisão do indivíduo que é encontrado, logo depois da infração, com instrumentos, armas, objetos que façam presumir sua autoria ou participação em crime.
- C** Interrogatório de indiciado menor de 21 anos de idade desacompanhado de curador nulifica o inquérito policial.
- D** Segundo o princípio da oficialidade, a ação penal pública é obrigatoriamente promovida por órgão oficial estatal, no caso o Ministério Público, considerado *dominus litis*.
- E** Intentada a ação penal privada subsidiária da pública, poderá o ofendido não mais desejar o prosseguimento do feito, concedendo o perdão ao autor, que deverá ser aceito para extinguir a punibilidade.

QUESTÃO 47

Antônio ameaçou Pedro, por palavras, de causar-lhe mal injusto e grave.

Sabendo que o crime de ameaça, previsto no art. 147 do Código Penal (CP), prevê pena de detenção de um a seis meses ou multa e que, nesse crime, somente se procede mediante representação, assinale a opção correta a respeito da situação hipotética acima.

- A** Deverá ser instaurado inquérito policial para apreciação do fato criminoso.
- B** Antes do início da atividade policial, Pedro deverá formalizar representação.
- C** O delito em análise pode ser classificado como de menor potencial ofensivo.
- D** O delito referido não se submete ao rito da Lei n.º 9.099/1990.
- E** O Ministério Público (MP) pode oferecer denúncia independentemente da representação de Pedro.

QUESTÃO 48

Marcos ofendeu a integridade corporal de Maria, esbofetando-a por duas vezes e causando-lhe lesão corporal leve.

Acerca da situação hipotética acima e sabendo que a conduta ali descrita pode ser tipificada no *caput* do art. 129 do CP, com pena de detenção de três meses a um ano, assinale a opção **incorreta**.

- A** Em vez de inquérito policial, a autoridade policial poderá elaborar termo circunstanciado.
- B** A ação penal em análise é pública incondicionada.
- C** Caso o MP ofereça denúncia, poderá propor a suspensão do processo, atendidas as condições legais.
- D** Se o MP propuser suspensão do processo, o acusado pode não aceitar a proposta.
- E** Maria deve representar para que Marcos possa ser denunciado pelo MP.

QUESTÃO 49

Um termo circunstanciado tipificou indevidamente lesão corporal culposa sofrida por Márcia como cometida por Paulo, seu marido. Descobriu, entretanto, o MP que Márcia escorregara sozinha em sua residência, não tendo havido nenhuma negligência ou imprudência por parte de Paulo.

Na situação hipotética acima, o MP deverá

- A** propor o arquivamento do termo circunstanciado.
- B** denunciar Paulo e depois pedir sua absolvição.
- C** propor a aplicação imediata de pena restritiva de direito.
- D** propor suspensão do processo.
- E** propor ação civil indenizatória contra Maria.

QUESTÃO 50

Júlio, menor de idade, subtraiu para si um microcomputador de propriedade de Cristina, também menor de idade. Em razão disso, autor e vítima, desacompanhados dos seus representantes legais, foram conduzidos a audiência preliminar, oportunidade em que resolveram realizar composição dos danos, com a entrega do microcomputador a Cristina, sua legítima proprietária.

Acerca da situação hipotética acima, assinale a opção **incorreta**.

- A** O menor de idade não pode transigir por não estar acompanhado dos seus responsáveis civis.
- B** O MP não pode apresentar proposta de aplicação imediata da pena.
- C** O acordo não pode ser homologado e não acarreta a renúncia do direito de queixa ou representação.
- D** Não pode ser obtida a composição civil e o ofendido não poderá exercer o direito de representação verbal.
- E** A composição civil dos danos deverá ser reduzida a escrito e homologada pelo juiz.

PROVA DISCURSIVA

Na prova a seguir — que vale **cinco** pontos —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

As exigências apresentadas em todos os tempos e em todos os ambientes sociais pela melhoria da condição do homem terminaram na reivindicação de liberdade e de direitos sinteticamente qualificados de Direitos Humanos (...).

Na comunidade internacional, os ideais humanos foram, durante longo tempo e normalmente, invocados somente em relação ao tratamento dos estrangeiros e, mais esporadicamente, em relação ao tratamento de indivíduos que faziam parte de minorias étnicas ou de grupos religiosos. A grande importância que os Estados, os membros de base da comunidade internacional, atribuíram à defesa da própria soberania e, por conseqüência, ao respeito que os demais Estados lhes dedicassem fez que agissem pela promoção e pela tutela dos direitos humanos somente quando seus direitos estavam em jogo, para dar proteção diplomática aos próprios súditos no exterior ou para solidarizar-se com indivíduos ligados à população nacional por particulares vínculos de ordem étnica, lingüística ou religiosa.

Foi só no decurso da Segunda Guerra Mundial, após as aberrações do Nazismo e as reações por ele suscitadas, e depois da intensificação da tentativa das Nações Unidas de multiplicar os esforços para realizar uma mais estreita cooperação e solidariedade internacional, que foi possível a criação de um perfil de ação internacional pela promoção e pela tutela do homem enquanto tal.

N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino. **Dicionário de política**. Brasília: EdUnB/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, vol. 1, 2000, p. 355 (com adaptações).

Considerando que as idéias apresentadas no texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do seguinte tema:

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.

RASCUNHO – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	



Universidade de Brasília (UnB)